

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa Trimestral de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Setembro de 2023

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA.....	2
METODOLOGIA.....	7

ANÁLISE DO ENVIDAMENTO E DA INADIMPLÊNCIA

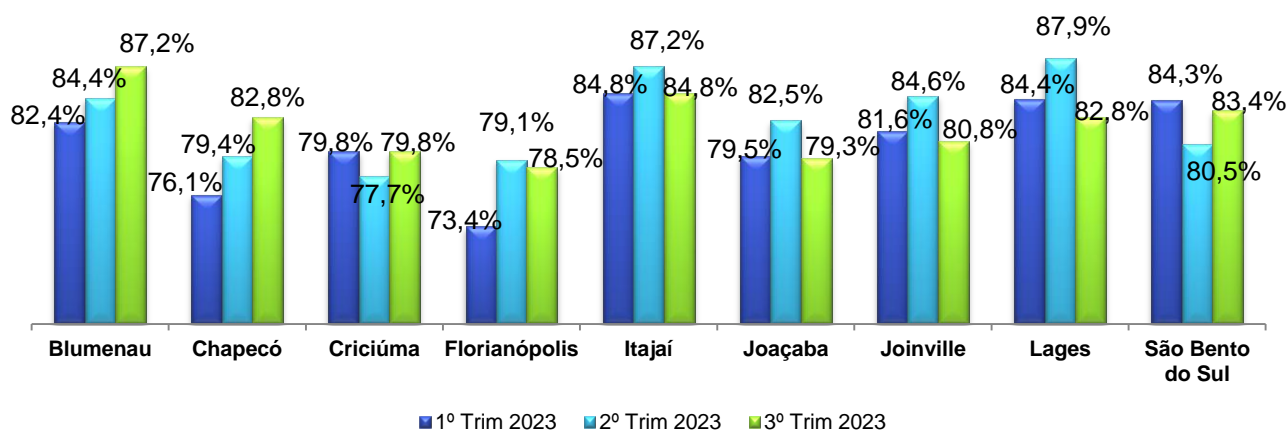
Em 2023, a Fecomércio SC passou a divulgar duas publicações referentes à Pesquisa de Endividamento e Inadimplência para o Estado (PEIC), uma com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apurados mensalmente através de pesquisa realizada na capital do estado. E outra de periodicidade trimestral com dados obtidos em nove cidades do estado: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages e São Bento do Sul.

No terceiro trimestre de 2023, as cidades catarinenses selecionadas continuam mostrando elevado nível de famílias endividadas, de inadimplentes e até mesmo de famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas. Per si, tais dados requerem atenção das autoridades, já que conforme observado nos relatórios mensais, anteriormente, desde o ano de 2022 que há um movimento de escalada dessas taxas tanto no cenário estadual quanto no nacional.

Via de regra, esta permanência de elevados percentuais de famílias inadimplentes nas cidades pesquisadas indica a possibilidade de que as famílias catarinenses não tenham sido plenamente contempladas pelo Desenrola, o programa de renegociação de dívidas do Governo Federal. As razões pelas quais isso pode ter ocorrido são muitas, desde a ilegitimidade do cidadão por não se cumprir os requisitos exigidos pelo Programa até mesmo a recusa no ingresso do Programa por motivo de protesto e/ou desconhecimento.

Desta forma, no terceiro trimestre de 2023, os maiores índices de endividamento nas cidades catarinenses foram observados em Blumenau (87,2%), Itajaí (84,8%), São Bento do Sul (83,4%), Chapecó (82,8%) e Lages (82,8%). Convém lembrar que dentre estes cinco municípios, quatro permanecem no topo do ranking do endividamento pelo terceiro trimestre consecutivo: Blumenau, Itajaí, Lages e São Bento do Sul.

Percentual de famílias endividadas nas cidades selecionadas no 3Trim23



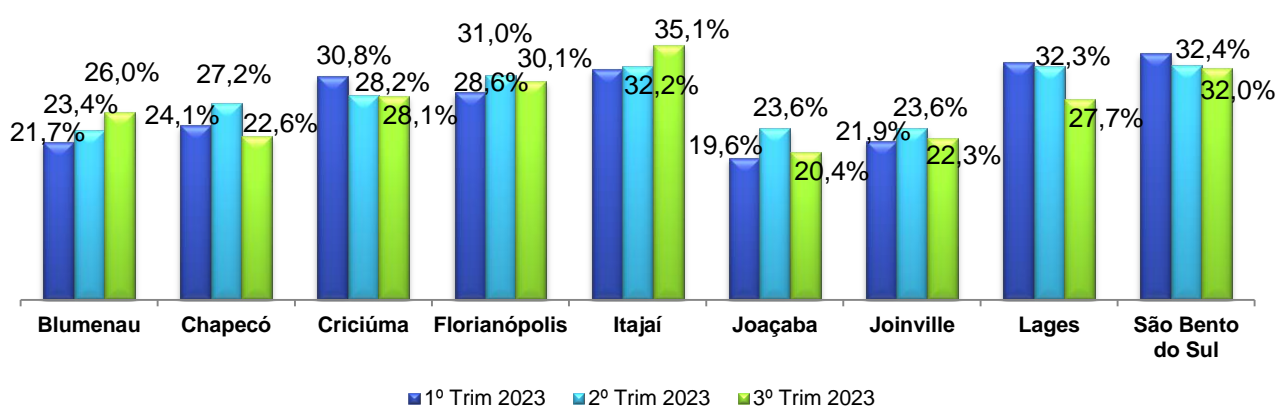
Importante observar que em quatro das nove cidades pesquisadas o índice de endividamento apresentou crescimento na passagem do trimestre, enquanto nas outras cinco ele decaiu. A maior variação positiva em pontos percentuais (p.p.) foi registrada em Chapecó (3,3 p.p.) e em seguida em Blumenau (2,8 p.p.). Na outra ponta, as outras as duas maiores variações negativas ocorreram em Lages (5,1 p.p.) e em Joinville (3,9 p.p.).

No entanto, deve-se ressaltar que o nível de endividamento por si próprio não é um mal para a economia, uma vez que consumidores mais seguros de sua situação econômica fazem uso de crédito e compram de forma parcelada. O problema surge quando os endividados não conseguem honrar seus compromissos, passando assim para o grupo dos inadimplentes.

Em relação a inadimplência, os dados são preocupantes. As nove cidades apresentaram taxa de inadimplência acima dos 20% pelo segundo trimestre seguido, além do mais, em três delas o indicador está acima dos 30%: Itajaí (35,1%), São Bento do Sul (32,0%) e Florianópolis (30,1%). Por outro lado, o menor percentual de famílias inadimplentes é registrado em Joaçaba (20,4%).

Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, os destaques no ranking da inadimplência foram Chapecó e Lages, as quais reduziram a taxa em -4,6 p.p. cada uma e registraram os percentuais de 22,6% e de 27,7%, respectivamente. Este movimento de queda foi observado em seis das nove cidades. Além disso, em Criciúma registrou-se relativa estabilidade no indicador de inadimplentes e, somente em Itajaí (2,9 p.p.) e em Blumenau (2,6 p.p.) que o índice avançou.

Percentual de famílias inadimplentes nas cidades selecionadas no 3Trim23



Em termos de ranqueamento da inadimplência convem lembrar que tanto Itajaí quanto São Bento do Sul permanecem entre as três localidades que figuram no topo. Itajaí vinha ocupando o segundo lugar no primeiro e no

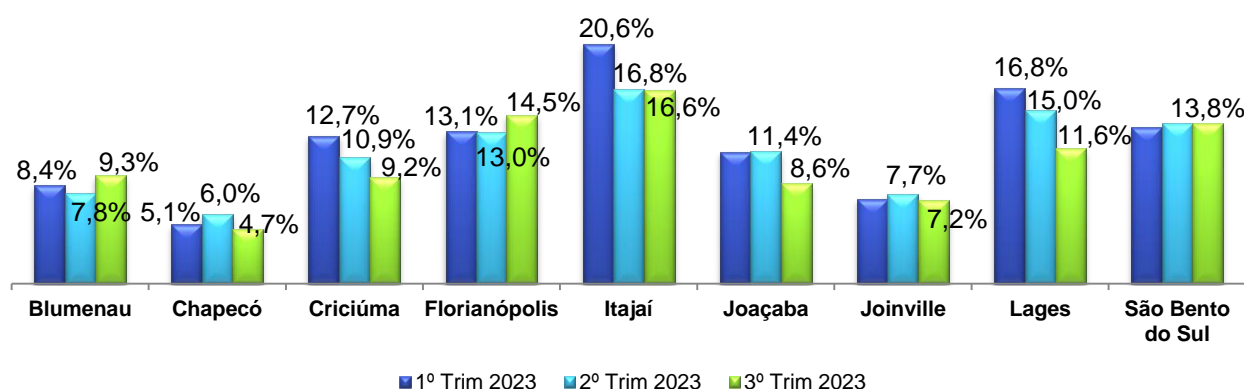
segundo trimestre do ano, mas agora, no terceiro trimestre de 2023 apresentou o maior índice de inadimplentes nas cidades pesquisadas, 35,1%. Já São Bento do Sul que tinha encabeçado a lista nos dois primeiros trimestres, ocupa agora a segunda posição com 32,0%.

Ainda sobre a inadimplência é importante ressaltar que mesmo nas três cidades em que os registros foram os menores da pesquisa trimestral, Chapecó (22,6%), Joinville (22,3%) e Joaçaba (20,4%), os índices encontram-se em níveis elevados, o que requer atenção.

É bastante plausível que os elevados níveis de inadimplência observados possam estar, em certo grau, associados a dinâmica do mercado de trabalho dessas cidades. Conforme apontado nas últimas análises da Fecomércio SC sobre o Mercado Formal de Empregos (Novo Caged), de fevereiro de 2023 a julho observou-se uma desaceleração do mercado de trabalho no estado. E, no tocante a isso, um exemplo pontual é o caso de São Bento do Sul. Nesta cidade, após um forte saldo negativo de contratações no mercado formal de trabalho em dezembro de 2022 (-916), apenas nos meses de janeiro (49), fevereiro (58) e agosto (53) é que se observou a expansão das vagas, de modo que no acumulado do ano de 2023, a cidade apresenta um saldo de contratação negativo em -320.

Outro dado bastante emblemático é o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. No terceiro trimestre de 2023, cinco cidades apresentaram índices abaixo de 10,0%: Chapecó (4,7%), Joinville (7,2%), Joaçaba (8,6%), Criciúma (9,2%) e Blumenau (9,3%). Enquanto as outras quatro cidades apresentaram índices com dois dígitos: Lages (11,6%), São Bento do Sul (13,8%), Florianópolis (14,5%) e Itajaí (16,6%), o que já é um sinal de atenção per si.

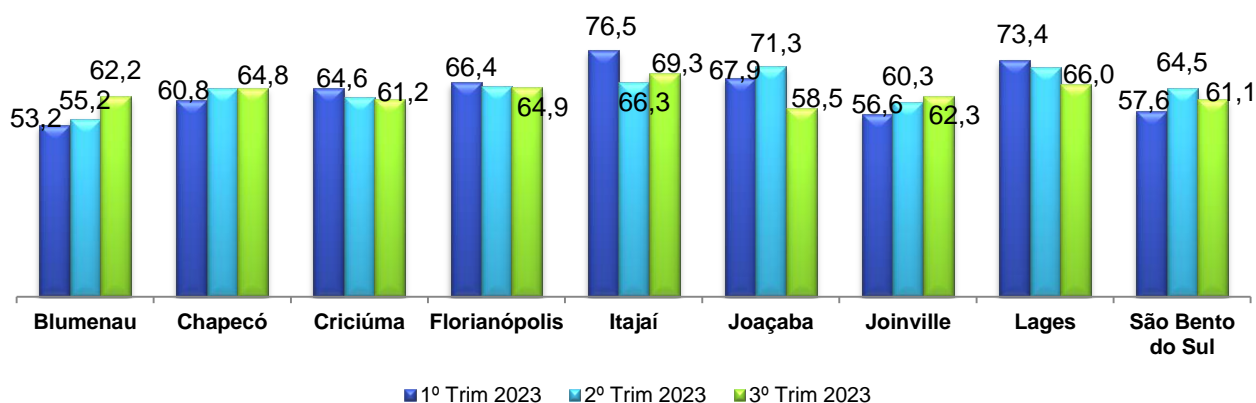
Percentual de famílias que não terão condição de pagar as dívidas nas cidades selecionadas no 3Trim23



Vale destacar que ao longo dos trimestres de 2023, Criciúma (9,2%), Itajaí (16,6%), Joaçaba (8,6%) e Lages (7,2%) têm apresentado trajetória de redução dos percentuais de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. A maior queda do primeiro para terceiro trimestre foi registrada em Lages (-5,2 p.p.) seguida por Itajaí (-4,0 p.p.). Em movimento contrário, Blumenau (9,3%) e Florianópolis (14,5%) têm aumentado o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Além disso, em São Bento do Sul (13,8%) há uma ligeira estabilidade do índice.

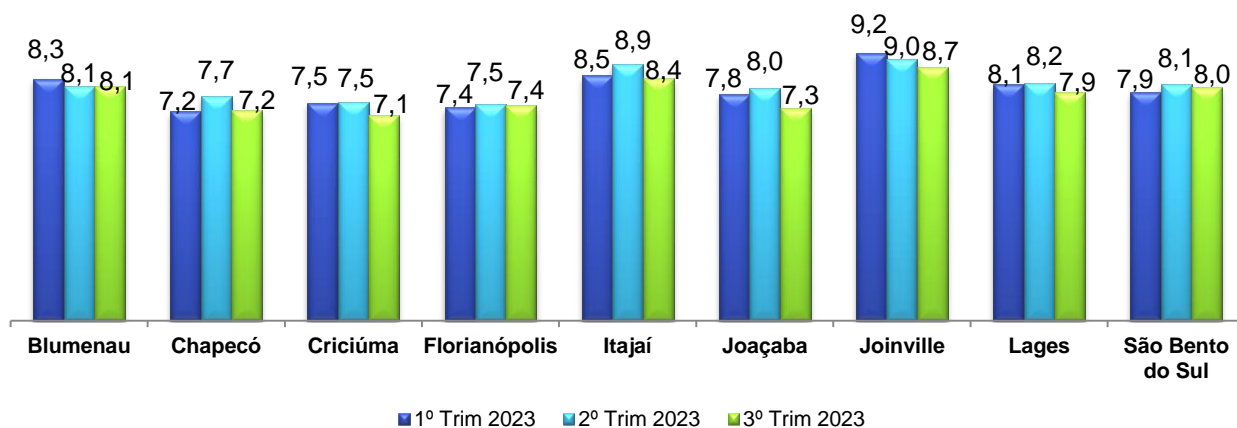
Quanto ao tempo médio de pagamento em atraso, a amplitude dos dados no terceiro trimestre oscilou de 58,5 dias em Joaçaba a 69,3 dias em Itajaí. Na passagem do trimestre, cinco cidades reduziram o tempo médio, com destaque para Joaçaba que o diminuiu em -12,8 dias. No outro extremo, Blumenau aumentou 7,0 dias. Cabe observar que dentre as nove cidades, Criciúma (61,2 dias) e Lages (66,0 dias) têm mostrado uma tendência mais clara de decrescimento do tempo médio de pagamento das dívidas em atraso. Em contraste, Blumenau (62,2 dias) e Joinville (62,3 dias) apresentam crescimento ao longo dos três trimestres de 2023.

Tempo médio de pagamento em atraso (em dias) nas cidades selecionadas



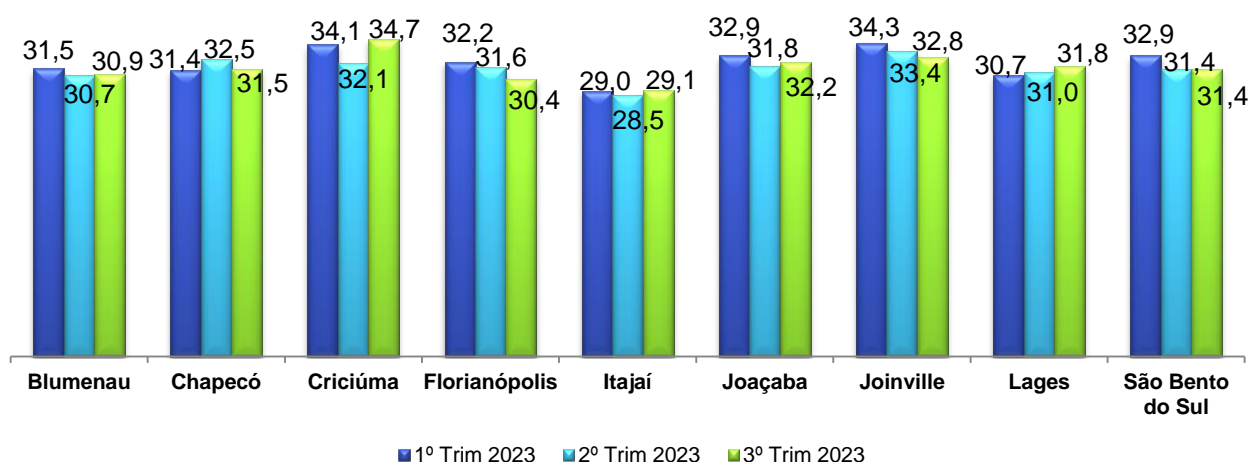
Já a amplitude do tempo médio de comprometimento com a dívida em meses oscilou entre 7,1 meses em Criciúma e 8,7 meses em Joinville no terceiro trimestre de 2023. Na passagem do trimestre não houve variação abrupta desta variável nas cidades pesquisadas, ficando a amplitude das variações entre -0,7 mês em Joaçaba (7,3) e -0,1 mês em Florianópolis (7,4) e em São Bento do Sul (8,0). O resultado indica que as famílias catarinenses estão reduzindo o tempo médio em meses de permanência com as dívidas. Não obstante, importante frisar em quem Blumenau (8,1 meses) houve manutenção do índice.

Tempo médio de comprometimento com a dívida (em meses) nas cidades selecionadas



Em relação ao comprometimento de parcela da renda com a dívida, as nove cidades pesquisadas apresentaram comprometimento médio acima dos 30%, com exceção de Itajaí, onde o percentual foi de 29,1% no terceiro trimestre. Vale lembrar que a média em torno dos 30% é um padrão considerado moderado para o controle orçamentário das famílias e que em Itajaí o indicador manteve-se abaixo dos 30% ao longo dos três trimestres de 2023. Na passagem dos trimestres o predomínio foi de variações positivas, com Criciúma (34,7%) subindo 2,6 p.p. Na outra direção, Florianópolis (30,4%) caiu -1,2 p.p. Ainda cabe observar que na capital e em Joinville (32,8%) há tendência de declínio enquanto em Lages (31,8%) o movimento é ascendente.

Parcela da renda comprometida com a dívida (%) nas cidades selecionadas



METODOLOGIA

Os indicadores de endividamento e inadimplência possibilitam traçar um perfil do endividamento, acompanhar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e a percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc. Além das fortes implicações econômicas em termos pessoais e familiares, e dos graves problemas psicológicos e sociais que lhe estão associados, não se pode esquecer-se dos efeitos do endividamento sobre o setor real da economia. É natural que a proliferação de casos de famílias incapazes de cumprir os seus compromissos financeiros seja acompanhada da contração das despesas de consumo privado, especialmente de bens de consumo duradouro, via racionamento do crédito: os casos de insolvência das famílias afetam os níveis de confiança necessários ao normal funcionamento do mercado de crédito. Os problemas de risco moral e seleção adversa são agravados. Também, as instituições financeiras reagem excluindo do mercado de crédito não só os clientes economicamente mais desfavorecidos, mas também certos agentes que, em princípio, não teriam dificuldades em satisfazer os seus compromissos de crédito. É também natural que as famílias em risco de endividamento sejam mais sensíveis às expectativas desfavoráveis da evolução futura dos rendimentos logo, consomem menos quando confrontadas com choques adversos. O efeito da diminuição do consumo privado faz-se sentir diretamente no abrandamento do crescimento do PIB, ou seja, no abrandamento do crescimento económico.

A importância das consequências do endividamento justifica a relevância dada aos aspectos estatísticos e metodológicos do estudo deste fenómeno, no sentido de assegurar o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados.

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes no município de Florianópolis com idade superior a 18 anos. Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial. Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada. Assim, o número mínimo de

consumidores a serem entrevistados na capital foi de 500 (todos os meses) e 988 no interior (trimestralmente), de modo que a amostra total tenha aproximadamente 1.500 consumidores no total. Com isso, espera-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.